

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Letras**  
**Departamento de Teoria Literária e Literaturas**  
**Professora Dra. Lúcia Helena Marques Ribeiro**  
**Aluna: Letícia Tôrres (07/34837)**

**A concepção de nação em Pepetela:**  
***A geração da utopia***

**Brasília – Agosto – 2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, pelo apoio fundamental para concluir meus estudos;

À Profa. Dra. Lúcia Helena Marques Ribeiro, minha professora, orientadora e mentora, que sempre acreditou em mim como aluna e me inspirou pela excelente docente que é;

Aos meus amigos, que tornaram os anos de universidade mais coloridos e divertidos.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>O CONTEXTO HISTÓRICO COLONIAL DE PORTUGAL NA ÁFRICA.....</b>	<b>6</b>
<b>NAÇÃO E NACIONALISMO.....</b>	<b>10</b>
<b><i>A GERAÇÃO DA UTOPIA E A IDEIA DE NAÇÃO.....</i></b>	<b>15</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>22</b>

## RESUMO

Neste trabalho, será analisada a obra *A geração da utopia*, do escritor angolano Pepetela, a partir da qual pretende-se discutir os conceitos de nação e nacionalismo, como elementos importantes da construção estética da obra. Essa reflexão será feita a partir do pensamento de modernos teóricos como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Hommi Bhabha, dentro do contexto do pós-colonialismo, circunstância na qual se desenrola a narrativa, uma vez que a mesma se passa em plena guerra de independência de Angola. Para tanto, também será feita uma breve abordagem da história político-colonial de Portugal e África.

## ABSTRACT

In this work we intend to analyze the romance *A geração da utopia* (The generations of utopia). We also intend to discuss about the concepts of nation and nationalism as important elements for the aesthetics construction of the romance. This reflection will be based on theoretical ideas of Eric Hobsbawm, Benedict Anderson and Homi Bhabha within the context of pos-colonialism, circumstances in which the romance happens. Since the romance takes role in the independence war of Angola, it is also indispensable presenting the context of the colonial-political history of Portugal and Africa.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se discutir sobre os conceitos de nação e nacionalismo no contexto do pós-colonialismo no romance *A geração da utopia*, de Pepetela.

Em um primeiro momento, serão apresentados os fatos da história de Portugal e África que dizem respeito aos seus aspectos políticos e coloniais. É imprescindível conhecer o trajeto desses países para discutir-se sobre o romance – que se passa na guerra da independência da Angola – e para compreender as peculiaridades de seus relacionamentos em cada período de suas histórias.

Em um segundo momento, serão discutidas “definições” de nação e nacionalismo abordados por teóricos como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Homi Bhabha. Na realidade, refletir-se-á brevemente sobre seus ensaios acerca desses conceitos, uma vez que não é objetivo deste trabalho aprofundar-se nas teorias antropológicas e sociológicas que envolvem aqueles estudos; mas sim, basear-se nessas reflexões para analisar a obra de Pepetela.

E finalmente, alicerçados nos dois primeiros capítulos, analisar a obra dentro da perspectiva da formação da nação angolana e refletir sobre os aspectos da estética narrativa que Pepetela adota para tratar sobre esses temas.

## O CONTEXTO HISTÓRICO COLONIAL DE PORTUGAL NA ÁFRICA

A história de Portugal começa quando Afonso VI dá a seu primo, Conde D. Henrique, o poder de governar as terras mais ao sul de Galiza. Assim, foi fundado o Condado Portucalense, que possuía uma política independentista mais agressiva. Com a morte de D. Henrique, D. Afonso Henriques, seu filho, conquista a independência com a assinatura do Tratado de Zamora, em 1143, e expande o território português com novas conquistas. A consolidação do Império português, porém, se deu com a vitória de D. João I na Batalha de Aljubarrota em 1385 contra as tropas castelhanas. (SOUSA, 2000, p. 31-35).

A partir do século XV, apoiado pelo contexto histórico-mercantilista, Portugal explorou e expandiu o comércio por meio das grandes navegações, dando início à era dos descobrimentos (HENRIQUES; MATTOSO, 1965, p. 13-19). A evolução da tecnologia da navegação possibilitou melhor análise das rotas marítimas, e então a história de Portugal encontra-se com a da África (NETO BARROS, [s/d]). Em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança o que tornou possível a comunicação entre os oceanos Atlântico e Índico (HENRIQUES; MATTOSO, 1965, p. 13-19). O caminho para as Índias, rica em especiarias, era pela costa africana que, com o interesse econômico de Portugal, foi dividida em colônias. Os navegadores portugueses investiram na produção de cana-de-açúcar e exploração de recursos minerais e vegetais. Mas, como disse Volnei Netos Barros ([s/d]) a descoberta de novas terras para explorar a agricultura, como o Brasil, fez surgir uma nova perspectiva de exploração: a escravidão. Ele ainda diz:

Este foi sem dúvida o mais cruel sistema de exploração das colônias africanas, afetando diretamente o seu povo, e os transformando na própria mercadoria a ser oferecida, o ouro negro português, que serviu de mão de obra não só para o Brasil, como também para diversas partes do mundo.<sup>1</sup>

Após viver o seu *século de ouro* com a ascensão econômica vinda das explorações das colônias, Portugal sofre uma série de crises políticas. Primeiro, com a morte de D. Sebastião e D. Henrique, abre-se a crise de sucessão, em 1580, que culmina na chamada monarquia dualista: Portugal e Espanha foram governados pelo mesmo rei.

---

<sup>1</sup> NETO BARROS, Volnei Belém de. África portuguesa. **Brasil Escola**, São Paulo, [s/d]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/africa-portuguesa.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

Um golpe de estado, em 1640, restaura a independência portuguesa e coroa D. João IV Rei de Portugal (HENRIQUES; MATTOSO, 1965, p. 124-129).

Em 1807, Portugal é invadido pelas tropas de Napoleão por recusar-se a participar do Bloqueio Continental e não romper a aliança com a Inglaterra. A corte e a família real refugiam-se no Brasil e Portugal passa por períodos de grande perturbação política e social no restante do século XIX. Finalmente, as ambições coloniais portuguesas se chocam com as inglesas e Portugal recebe o *Ultimato* – que exigia a retirada das forças militares portuguesas entre as colônias de Moçambique e Angola (HENRIQUES; MATTOSO, 1965, p. 207-209). A monarquia, a partir desse momento, enfrenta escândalos econômicos e cai em descrédito. Em 1908 o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro foram assassinados o que abriu caminho para a queda do regime monárquico em Portugal em outubro de 1910 (1ª REPUBLICA..., 2009).

Durante os próximos 15 anos que se seguiram à queda da monarquia, houve em Portugal sete eleições gerais, oito presidentes e 45 governos, sendo que destes, apenas um conseguiu cumprir o mandato de quatro anos. (PAGE, 2012). A República recém instaurada era muito instável e em 1926 o general Gomes da Costa marcha sobre Lisboa, dissolve o parlamento e, em conjunto com outros militares, assume o governo, nomeando Antonio de Oliveira Salazar como ministro das finanças em 1928 (ANTÓNIO..., [s/d]). Salazar assume um país cujo déficit que constava no orçamento governamental era apenas um quinquagésimo do déficit real, e que não encontrava ajuda nem na sua aliada Inglaterra, nem na Sociedade das Nações para empréstimos que o tirasse da situação na qual se encontrava.

Salazar, então, criou impostos e reduziu gastos de forma tão drástica que conseguiu elaborar um orçamento equilibrado no seu primeiro ano de governo (PAGE, 2012). Conseguiu resgatar as dívidas portuguesas em países estrangeiros, modernizou lavouras aumentando grandemente a produção de arroz tornando Portugal a única nação europeia a atingir auto suficiência e incrementou a exportação de frutas secas e sardinha, além de reduzir o desemprego e conseguir o aumento das receitas fiscais.

O presidente Carmona nomeia Salazar primeiro ministro, incumbindo-o da elaboração da nova constituição o que abriu o caminho para a instituição do Estado Novo criado por Salazar descrito por ele próprio como “anticomunista, antidemocrático, antiliberal e autoritário... uma ditadura da razão e da inteligência”<sup>2</sup>. Governou entre 1932 e 1968, recusou-se a descolonizar as províncias ultramarinas (nome dado às colônias

---

<sup>2</sup> PAGE, Martim. **A primeira aldeia global** – como Portugal mudou o mundo. Lisboa: Casa das Letras, 2012, p. 261.

portuguesas – Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau, Estado Português da Índia e Timor), mantendo uma política cruel, sem nenhum tipo de programa de desenvolvimento, trabalho ou saúde (CRISANTO; SIMÕES; MENDES, 2004, p. 166). Em Angola e Moçambique, lugares que os homens permaneciam em aparente liberdade, eram obrigados a vender o pouco que produziam para os agentes coloniais a preços irrisórios o que os impossibilitava de sustentar as suas famílias. Calculava-se que a taxa de mortalidade infantil na época era de 60%, e 40% das mães morriam de parto por falta de assistência.

Isso tudo resultou na reação do povo e na Guerra Colonial (1961-1974). Foi o período de confrontos entre as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas e as forças armadas portuguesas (MARTINS, 2010). O romance *A Geração da Utopia*, de Pepetela, encontra sua narrativa no contexto desta guerra.

A independência das colônias de Portugal só aconteceu após a queda da ditadura, o que aconteceu em 25 de abril de 1974. Na madrugada desse dia, os ouvintes da Rádio Renascença ouviram a canção *Grândola, Vila Morena*, considerada proibida pela censura, tocar livremente. Era o sinal codificado para os jovens oficiais que haviam arquitetado por meses o plano de ação que colocaria fim a mais de quarenta anos de ditadura em terras portuguesas. Tanques e carros blindados tomaram as ruas de Lisboa, apontados para os edifícios militares e do governo. O movimento surgira nas patentes mais baixas do exército, mas foi tomando força e teve o apoio do alto comando. Marcelo Caetano, que sucedera Salazar no cargo após a sua morte em 1970, concordou em receber o oficial que comandava os revoltosos e, após alguma resistência, entregou a sua demissão do cargo. Com o fim da ditadura, caía também a política colonial, o último pilar do império português. As colônias passaram a ser países livres. Mas antes disso, houve uma guerra longa e que custou muitas vidas de ambos os lados.

A invasão portuguesa em Angola teve início no atual Zaire, província situada mais ao norte do país. No entanto, a conquista desse território foi árdua, pois os povos daquela área já dominavam técnicas de metalurgia e transformavam o ferro em instrumentos de guerra. Apesar da resistência, como disse Valêncio Manoel ([s/d]) “a ocupação Lusa em Angola se deu efetivamente no século XVI”. E ele complementa:

A luta do povo angolano, do ponto de vista da resistência, representou o início de um ensaio da libertação política, já que as determinações da coroa portuguesa eram explícitas em direção a futura expansão territorial. (MANOEL, [s/d]).

O início da Guerra Colonial se deu quando um grupo de angolanos, representados pelo Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), atacou a casa de Reclusão Militar em Luanda em 4 de fevereiro de 1961 e tem fim com a *Revolução dos Cravos* em 25 de Abril de 1974 (CRONOLOGIA, [s/d]). A guerra estendeu-se durante muito tempo e ao longo do conflito, apesar de almejarem um ideal único, os guerrilheiros das organizações (União das Populações de Angola – UPA – que passou a designar-se como Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA; União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA; Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA) travavam disputas tribais, levadas por diferenças étnicas, culturais e mesmo políticas. (VULNERABILIDADES, [s/d]).

A independência da Angola foi decretada no dia 10 de novembro de 1975. Porém, as divergências entre as facções que lutaram pela independência evoluíram para confrontos militares e deu-se início à *Guerra Civil Angolana*, que durou mais de 30 anos (MANOEL, [s/d]). Valêncio Manoel ([s/d]) ainda afirma:

Entre todas as dificuldades, [da Angola], a maior delas está em instituir um ponto final na situação político-militar do país. Sem capacidade para resolução destas variáveis estruturais, o povo angolano segue a sua trajetória histórica marcada por longos retrocessos e pouquíssimos avanços na sua afirmação como nação soberana.

Pepetela retrata, em *A Geração da Utopia*, a luta por um ideal que provou-se utópico: a “conquista” da independência.

## NAÇÃO E NACIONALISMO

A anterioridade da nação, significada na vontade de esquecer, muda inteiramente nossa compreensão do caráter passado do passado e do presente sincrônico da vontade de nacionalidade.<sup>3</sup>

Barbosa, em seu artigo *Nação, um discurso simbólico da modernidade*<sup>4</sup>, trata da definição de nação de três teóricos: Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Homi Bhabha. A Nação pode ser pensada como um sistema de classificações onde são encontradas categorias, como o território e a língua, que alimentam o sentimento de pertencimento e lealdade dos seus membros e os conectam com o Estado. Essa conexão é configurada por meio de comunidades imaginadas, de acordo com Anderson, ou representações simbólicas. A Nação de Anderson analisa os sistemas culturais que precederam o conceito do nacionalismo, como as comunidades religiosas e o sistema político único – a monarquia (BARBOSA, 2011, p. 2).

Assim, para Anderson (1989, p. 15-6 apud BARBOSA, 2011, p. 2), A Nação imaginada é limitada e também soberana, pois o poder de liberdade depende do Estado, o que antes era atribuído à religião:

Segue-se que a Nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural [...] Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu 'poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade'.<sup>5</sup>

Para Hobsbawm (2000 p. 272 apud BARBOSA, 2011, p. 2), o nacionalismo fundamenta-se na utilização do símbolo Nação para a realização de um projeto político, enquanto a Nação “é um sistema classificatório que define as relações entre o Estado e seus membros e estes entre si”. Para o pensador, a evolução dos movimentos nacionalistas conscientes foi propiciada pelo surgimento de classes média e inferior e categorias representativas (profissionais, administrativas e intelectuais) (HOBSBAWM,

<sup>3</sup> BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 227.

<sup>4</sup> BARBOSA, Márcia. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/734/pdf\\_19](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734/pdf_19)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

<sup>5</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006, p. 49.

1977, p. 189-192, apud BARBOSA, 2011, p. 3). O fator que determinava o sentimento de pertencimento era a religião e, deste modo, passa-se a pensar na consolidação do movimento nacional no Ocidente somente com o “processo de desenraizamento” por meio de movimentos migratórios entre os povos a partir de meados do século XIX e também com o processo de organização política dos estados europeus (HOBBSAWN, 1977, p. 196-197 apud BARBOSA, 2011, p. 3).

Bhabha (1998 p. 199 apud BARBOSA, 2011, p. 3) diz que a linguagem metafórica da Nação sustenta o significado de casa e transpõe a comunidade imaginada do povo-nação neste período de desenraizamento. O autor afirma ainda em seu artigo *DissemiNação o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*<sup>6</sup>, que procura escrever sobre a nação ocidental de forma que viva a localidade da cultura, mas que essa *localidade* gira mais em torno da *temporalidade* do que da *historicidade*. Ao propor essa construção cultural de nacionalidade, Bhabha (1998, p. 199) procura formular “estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome do ‘povo’ ou da ‘nação’ e os tornam sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias”:

A equivalência linear entre evento e idéia, que o historicismo propõe, geralmente dá significado a um povo, uma nação ou uma cultura nacional enquanto categoria sociológica empírica ou entidade cultural holística. No entanto, a força narrativa e psicológica que a nacionalidade apresenta na produção cultural e na projeção política é o efeito da ambivalência da ‘nação’ como estratégia narrativa. (BHABHA, 1998, p. 200).

Ao sugerir a quebra linear entre evento e ideia, Bhabha enfatiza a *metamorfocidade* dos povos de comunidades imaginadas e “pensa em diferentes formas de identificação cultural que a nacionalidade comporta através de um tempo disjuntivo” (BARBOSA, 2011, p. 3; BHABHA, 1998, p. 201). Ainda de acordo com Barbosa (2011, p. 3):

A dinamicidade do presente é composta e dependente dos signos articulados no passado, ou seja, a narrativa nacional constrói-se na interação entre os signos repetidos da tradição e a resignificação destes no

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Márcia. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/734/pdf\\_19](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734/pdf_19)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

presente. Bhabha chama estes diferentes tempos da nação de pedagógico (passado) e performático (presente).

Para Bhabha (1998, p. 207), é por meio desse processo de cisão dos tempos que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de *escrever a nação*.

Já Anderson (2008, p. 29), em seu livro *Comunidades Imaginadas*<sup>7</sup>, diz que é muito difícil analisar nação, nacionalidade e nacionalismo e elaborar uma definição científica concreta sobre esses termos. Porém, ele reflete sobre eles para chegar a uma conclusão mais complexa amparada na análise do contexto histórico, político e social do mundo. Anderson (2008, p. 30) afirma que nacionalidade e nacionalismo são produtos culturais específicos e que, para compreender melhor esses termos, é necessário considerar suas origens e transformações. Para desenvolver melhor este conceito, Anderson sugere a seguinte definição de nação: “uma *comunidade* política *imaginada* – e imaginada como sendo intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo, tempo soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32, grifo nosso). Ela é *imaginada*, porque apesar de todos os indivíduos que fazem parte da nação não se conhecerem na íntegra, são capazes de reconhecer uma imagem de comunhão entre eles. Ela é *limitada*, porque ainda que extensa, possui fronteiras “para além das quais existem outras nações”. Ela é *soberana*, porque surge num momento em que a legitimidade da hierarquia da ordem divina encontra-se em processo de desconstrução (por causa do Iluminismo e da Revolução). E, por fim, ela é *comunidade*, porque apesar de dentro dela existirem desigualdades, a nação é concebida pelos seus integrantes de forma horizontal. (ANDERSON, 2008, p. 32).

Somente a partir do declínio de quatro concepções culturais fundamentais foi possível o surgimento das comunidades imaginadas das nações: (i) a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia acesso privilegiado a uma verdade absoluta; (ii) a crença de que a sociedade deveria ser organizada abaixo e em torno de centros elevados (monarcas que eram eleitos divinamente); (iii) a concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem e as origens dos homens e do mundo são essencialmente as mesmas – o que conferia um sentido de redenção da vida; (iv) as comunidades religiosas e os reinos dinásticos. (ANDERSON, 2008, p. 69).

---

<sup>7</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Anderson afirma que “pensar a nação” tornou-se possível porque o modo de apreender o mundo sofreu transformações. Duas coisas que contribuíram para isso, de acordo com ele, foram o romance e o jornal: porque “essas formas proporcionaram meios técnicos para ‘re-presentar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação” (ANDERSON, 2008, p. 55). Outro fator modular para a origem da consciência nacional também foi o capitalismo (ANDERSON, 2008, p. 71). Anderson (2008, p. 82) afirma:

A convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna.

Com base nesse raciocínio, Anderson mostra o quanto a condição nacional está intrinsecamente relacionada – de modo histórico – com a língua (a expansão do mercado editorial e do contato com outras línguas são outros dois fatores citados por ele), e com a propriedade privada. Desse modo, foi possível, segundo o autor, o surgimento de novas nações e de um “modelo” para o Estado Nacional. Com o fim da era das grandes dinastias, causado pela Primeira Guerra Mundial, “nas políticas de ‘construção da nação’ dos novos estados, vemos [...] um autêntico entusiasmo nacionalista popular [...] através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante” (ANDERSON, 2008, p. 164)

Após se prolongar na análise de construção dessas novas nações europeias, Anderson (2008, p. 164-167) pontua que depois da metade do século XIX e, sobretudo, no século XX ficou cada vez mais comum multidões variadas viajarem. Isso aconteceu porque houve um aumento da mobilidade física, graças aos avanços do capitalismo industrial; graças também à ampliação dos Estados, principalmente dos Estados coloniais, que exigia uma “russificação” imperial (termo que Anderson utiliza para descrever a expansão do ensino no momento em que as nações se desenvolviam); e a difusão do ensino no estilo moderno. (p. 164-167)

O Estado colonial, e, um pouco mais tarde, o capitalismo das grandes corporações precisavam de legiões de funcionários de escritórios, os quais deviam ser bilíngues, capazes de servir como mediação linguística entre a nação metropolitana e os povos colonizados. [...] A cada ampliação dos Estados, aumentavam os enxames de seus peregrinos internos. (ANDERSON, 2008, p. 166).

Todas essas mudanças e avanços são a base do surgimento do nacionalismo colonial: as camadas intelectuais surgidas dali foram fundamentais para a sua concretização.

A alfabetização já havia permitido que a comunidade imaginada flutuasse num tempo vazio e homogêneo [...] O bilinguismo, significava o acesso através da língua oficial europeia, à cultura ocidental moderna no sentido mais amplo e, em particular, aos modelos de nacionalismo, condição nacional [*nation-ness*] e Estado nacional criados em outros lugares no decorrer do século XIX. (ANDERSON, 2008, p. 167).

E conclui dizendo:

A “última onda” dos nacionalismos, a maioria deles nos territórios coloniais da Ásia e da África, foi, na sua origem, uma reação ao novo tipo de imperialismo mundial, possibilitado pelas realizações do capitalismo industrial. [...] Em combinações variadas, as aulas de nacionalismo crioulo, vernáculo e oficial eram copiadas, adaptadas e aprimoradas. Finalmente, enquanto o capitalismo, numa rapidez crescente, transformava os meios de comunicação física e intelectual, as camadas intelectuais descobriram formas alternativas à imprensa, difundindo a comunidade imaginada [...] (ANDERSON, 2008, p. 197-198).

Hobsbawm (2008), em seu livro *Nações e Nacionalismo*<sup>8</sup>, concorda com a visão de Anderson ao afirmar que, para definir nação, não é possível estabelecer critérios objetivos e simples (como ter em comum a língua, a etnia, a história, o território e a cultura). O autor afirma que nem a definição objetiva e nem a definição subjetiva – seja coletiva, seja individual – de nação são satisfatórias, e que nem mesmo a nacionalidade tem uma dimensão única – seja política, cultural, seja qualquer outra.

Diferentemente de Anderson, para esse autor é necessário abordar primeiro a concepção da questão nacional antes do conceito de nação, uma vez que os Estados e os nacionalismos que formam as nações, e não o contrário. Ele acredita que as nações são formadas a partir do momento em que os Estados se desenvolvem economicamente, e que o nacionalismo só existe quando o Estado é independente. (HOBSBAWM, 2008).

Por fim, Hobsbawm (2008) se estende sobre as transformações do nacionalismo no curso da história. Ele conta que o princípio de nacionalidade que virou febre na política internacional da Europa depois de 1830 era correspondente à formulação de Giuseppe Mazzini: “Cada nação, um Estado”; mas, que o nacionalismo dos anos 1880-

---

<sup>8</sup> HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

1914 se diferia em três aspectos daquele: o abandono do princípio do ponto crítico (que só validava como nações, aquelas viáveis econômica e culturalmente); o reconhecimento da etnia e da língua como critérios centrais para uma nação potencial; e uma mudança no direito político e a invenção da palavra nacionalismo (HOBSBAWN, 2008, p. 127). Houve uma “crescente significação da ‘questão nacional’ nos quarenta anos que precederam 1914” nos estados europeus (HOBSBAWN, 2008, p. 128). A queda dos impérios e o pós Primeira e Segunda guerra mundial transformaram os contornos políticos dada à nova realidade de distribuição dos povos, principalmente após a extinção em massa e genocídio que ocorreram nas margens meridionais da Europa (HOBSBAWN, 2008, p. 162-163). Assim nasceram, também, os movimentos de "libertação nacional" e as lutas por independência político-econômica de povos minoritários. É importante entender todo esse processo para concluir que os estados-coloniais absorveram os ideais nacionais europeus para insurgirem contra seus colonizadores e lutarem para conquistar suas independências.

## A GERAÇÃO DA UTOPIA E A IDEIA DE NAÇÃO

O romance de Pepetela (2013), *A Geração da utopia*<sup>9</sup>, se passa no contexto da Guerra Colonial entre Angola e Portugal, como foi dito anteriormente. A obra é dividida em quatro partes que narram o percurso da Guerra: *A Casa* (1961) – o ano que a Guerra começou; *A chana* (1972) – capítulo que narra as batalhas na guerrilha; *Polvo* (1982) – após a conquista da independência, o capítulo relata a desconstrução que sofreu o ideal dos movimentos guerrilheiros; *O templo* (1991) – concretiza o fim da utopia política que permeava o discurso daquele movimento nacional libertador da década de 60.

O primeiro capítulo do livro, *A casa*, ambienta-se na Casa dos Estudantes, em Lisboa – lugar que era financiado pelo Governo de Portugal para apoiar estudantes vindos de suas colônias. Nele, a narrativa apresenta-nos os quatro personagens principais da trama. É possível perceber em cada um deles as suas características simbólicas. Sara, por exemplo, era branca e havia saído há seis anos de Angola para ir estudar Medicina em Lisboa; nela concretiza-se a problemática racial da guerra colonial. Vítor Ramos, um estudante não muito brilhante que durante a guerrilha começa a atender por Mundial, simboliza o lado frágil da ideologia guerrilheira, pois deixa corromper-se ao longo da trama por causa das incoerências da Guerra:

Deixa lá disso, sei bem como é isso de ser voluntário: uma pessoa é obrigada, o que dirão os amigos, o que será o futuro? Voluntariado forçado! A esta obrigação chamamos consciência política, nome bonito para nos enganarmos [...] Tudo uma aldrabice. Aqui estou eu, perdido, a sofrer de fome e do frio [...] Uns tantos no exterior utilizam meu sacrifício e o de tantos outros para chegarem aos países amigos e receberem dinheiro. Desse dinheiro, metade vai para os seus bolsos e dos parentes e amigos. A outra metade serve para aguentar a guerra. (PEPETELA, 2013, p. 164).

Malongo, um negro bonachão e apolítico que só se interessa por futebol e música, simboliza outra fragilidade da guerra colonial que é o povo inconsciente e alienado. Num trecho de *A chana*, o narrador fala sobre isso:

Hoje ser negro é ter uma arma e combater contra o colonizador, seja ele ou não branco. Muitos africanos de outros países ainda se admiram: “Mas

---

<sup>9</sup> PEPETELA. **A geração da utopia**. São Paulo: LeYa, 2013.

vocês têm mesmo coragem de lutar contra os brancos?”. Complexo do colonizado que grassa por África. (PEPETELA, 2013, p. 161).

Porém, Malongo, assim como Vítor, também deixa corromper-se e acaba agindo para tirar benefícios próprios na situação pós-guerra.

Aníbal é de longe a personagem mais densa e interessante da trama: representa a elite intelectual que foi responsável pelo nascimento da sede pela libertação da condição colonial. A casa representa, justamente, a geração que migrou da África para Lisboa para estudar, mas que, travada a Guerra, insurgiu-se contra Portugal, alimentada pelos ideais nacionalistas semeados pelos movimentos da UPA (União das populações de Angola) e do MPLA (Movimento Popular de Libertação da Angola).

Nessa primeira parte da trama, é transparente o conflito étnico-racial que se instala na Casa, que é influenciada pelo contexto da Guerra em Angola, onde os brancos não sabiam se podiam confiar nos negros e vice-versa. Em uma parte do capítulo, Sara chega a questionar Malongo, se ele e Vítor não haviam lhe contado sobre o surgimento do MPLA por ela ser branca, mas acaba convencida que não. Porém, ela percebe uma movimentação diferente na Casa a partir da guerra e novos olhares sobre ela. Para o leitor, é possível que o narrador esteja querendo dizer alguma coisa. Indaga-se a partir desse conflito racial, como se pensar a nação angolana ou lutar por ela, a partir do momento em que seu povo fragmenta-se etnicamente? Essa é uma das primeiras indagações que o livro traz para formar o conceito da utopia política dessa Guerra. A independência política almejada por Angola estava longe de ser uma independência absoluta de Portugal, uma vez que o povo colonizado acaba assimilando a cultura, a etnia, as crenças, e outros vários aspectos do povo colonizador. O discurso político nacionalista dos movimentos, desse ponto de vista, é utópico? Ao longo da trama, a narrativa comprova que nação está muito longe de ser somente a conquista da autonomia política e econômica.

Na segunda parte do livro, *A chana* (1972), o narrador ilustra os problemas regionalistas que tornaram a Guerra pela independência incoerente. Movimentos do Norte e do Leste da Angola começaram a lutar entre si por maiores privilégios e poderes. O próprio Aníbal, agora na pele do guerrilho mais conhecido como Sábio, indaga e afirma:

Mas por que ontem eu era o irmão e hoje sou visto quase como inimigo? [...] Sou mesmo do Norte? Nunca me vi assim, *sou apenas angolano*.[...] São pequenos os quadros que gritam acusações., umas verdadeiras, a maior parte falsas, para eliminarem os do Norte e assim subirem na organização. Para o oportunista tudo vale, mesmo a mentira mais grosseira. A massa vai piorar, a demagogia domina, então por que não aproveitar para sujar o nome dos outros, mesmo do amigo de antes, para apanhar um posto, de preferência civil, pois é aqui que se tem acesso aos bens materiais? E os guerrilheiros, vendo isso, sabendo que não podem subir porque não têm o mínimo de instrução para competir com os próprios quadros do Leste, exigem dinheiro para combater. (PEPETELA, 2013, p. 171-172, grifo nosso).

O movimento da luta pela independência encabeçado por uma elite intelectual minoritária acaba, novamente, fragmentado: agora pelos regionalismos. Na abertura do capítulo, Aníbal descreve a chana dando a ela o sentido figurativo da Guerra:

A chana são vários mundos fechados, atravessados uns pelos outros. A complexidade da chana está na sua própria definição. Para uns, otimistas talvez, a chana é um terreno coberto de capim rodeado por uma floresta; para outros, os pessimistas, a chana é um terreno sem árvores que cerca uma floresta. No fundo, por que distinguir os otimistas dos pessimistas? (PEPETELA, 2013, p. 143)

Hobsbawm (2008), como vimos, afirma que a nação só se forma a partir do momento em que um Estado se desenvolve economicamente. Nesse caso, é possível afirmar que o povo angolano não se identificava como nação? Remete-se aqui, também, ao que disse Anderson quando afirmou que o jornal e o romance tornaram possível “pensar a nação”. Ora, Angola não era desenvolvida economicamente e, portanto, grande maioria da sua população era iletrada. Assim, seria correto afirmar que os ideais da Guerra fracassaram porque aqueles que a idealizaram não foram os mesmos que travaram suas batalhas? Dornival Ramos e Márcio Melo (2011), doutores em história e literatura, respectivamente, afirmam que a literatura é parte imprescindível na formação de nações no artigo *Nação e Narrativa em Pepetela*<sup>10</sup>.

...depois das independências, as elites promotoras dos movimentos se viram envolvidas em sangrentas guerras civis. Perceberam rapidamente

<sup>10</sup> MELO, Márcio; RAMOS, Dornival. Nação e narrativa em Pepetela. **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/1517/1060>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

que a vitória sobre o colonizador foi o primeiro passo para a tão sonhada independência nacional, mas não frutificou numa nação coesa. Esse processo de construção de uma identidade nacional tem na literatura um dos pilares centrais na sua estruturação e sustentação [...] A consciência de que a luta armada era apenas uma pequena etapa para formar a desejosa nação, faz com que a literatura seja também mais outra estratégia, como foram a guerra e a formação política. (MELO; RAMOS, 2011, p. 175).

Outro ponto a ser questionado aqui é quando Anderson fala do conceito de comunidades imaginadas serem limitadas porque possuem fronteiras para além das quais existem outras nações. Angola encaixa-se no perfil de país com território extenso: as várias comunidades que o constituem não se engajaram no sentido nacional porque extrapolavam aquele limite? Para Aníbal, o engajamento entre os povos era o segredo para o sucesso dos planos da guerrilha. Em uma fala dele sobre uma típica dança de roda, Pepetela também usa o sentido figurativo:

O segredo da dança esta na interação entre o coletivo e o individual [...] Na xinjanguila, o coletivo é fundamental, não só para o ritmo dado pelas mãos e pés dos outros, mas pelas figuras diferentes que se formam quando quatro ou cinco pessoas saltam da periferia da roda para o centro [...] E o particular? Está no breve instante em que a pessoa da esquerda, ao vir do centro, te convida batendo os pés ou dando um sacão de anca [...] Também está na tua ida ao centro, onde encontrará outros, e quando voltas convidar a da direita. É realmente um equilíbrio constante entre o habitual sentido coletivo da dança de roda e o sentido particular da dança de pares. (PEPETELA, 2013, p. 151)

O narrador *d'A chana*, porém, já apresenta sinais de desilusão e contradições no seu discurso. Como diria Rita Chaves, “A utopia tem como adversário os próprios homens que investiam em sua construção”.<sup>11</sup>

O terceiro capítulo do livro, *O polvo*, leva esse título porque, no primeiro capítulo, Aníbal conta a Sara sobre o encontro que tivera com um polvo uma vez. Nessa parte da trama, Aníbal decide isolar-se do resto do mundo indo viver num local de difícil acesso, perto da praia. Para Rita Chaves (1999, p. 229) “o leitor depara-se com uma sociedade marcada pela corrupção, pela falta de escrúpulos, pela irresponsabilidade social” e em plena guerra civil. O exílio de Aníbal simboliza o enterro dos valores cunhados por ele. Desiludido e tendo tido todos seus valores morais

---

<sup>11</sup> CHAVES, Rita. *Pepetela: romance e utopia na história da Angola*. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 2, 1999. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via02/via02\\_18.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via02/via02_18.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2012, p. 228.

rechaçados, Aníbal transfigura no polvo, todos os “monstros” contra os quais lutou na guerra: a corrupção, a distorção dos ideais, e o massacre da concepção de nação. Como se encontra isolado, Aníbal tem dificuldade para se alimentar e para isso mergulha todos os dias no mar para caçar peixes. Sempre nutre um desejo de reencontrar-se com o polvo e de conseguir matá-lo, “o enorme polvo que sua memória convertera em entidade mitológica”. (CHAVES, 1999, p. 229).

Outra personagem, surgida em *A chana*, é Mussole. Aníbal apaixonou-se por ela. Na trama, Mussole morre na guerrilha e Aníbal, no exílio, planta uma mangueira para que o espírito dela habite ali. Para Rita Chaves (1999, p. 229), “Inteiro, mas isolado, impotente para lutar contra outras feras, Aníbal compõe a imagem do espírito das chanas do Leste, miticamente identificado com o sonho que o conduziu à luta pela independência”. Ao longo do capítulo, o narrador dá vida à mangueira, atribuindo a seus movimentos reações humanas. Ao final dele, Aníbal diz:

A mangueira não respondeu [...] O espírito tinha de novo adormecido, talvez por anos, à espera de novo cataclismo universal. No entanto, todos os dias, ele sabia, haveria de regar a mangueira, acariciar o tronco e falar para ela, cada vez mais velho e fraco, mais descrente também, na esperança de despertar o espírito das chanas do Leste que nela vivia, dormitando. (PEPETELA, 2013, p. 312)

Rita Chaves (1999, p. 229) diz que “a alusão a essa força no fim do capítulo exprime a hipótese de que adormecida a utopia pode um dia acordar”. A sombra que perpassa esse trecho da trama, deixa para o leitor uma perspectiva desanimadora sobre a realidade pós-guerra e a realidade da guerra civil.

No capítulo final do livro, *O templo*, concretiza-se na trama a perda de todo e qualquer ideal que pudesse se ter sobre formar uma nação. Vítor reaparece como Ministro de Estado e Malongo como empresário. Os dois conhecem Elias, um profeta e “estranha personagem, cujo cinismo revestido por um discurso religioso será providencial para dar corpo ao desejo dos outros dois” (CHAVES, 1999, p. 230). Juntos, os três fundarão uma igreja: Igreja da esperança e da alegria do Dominus. O discurso do narrador é recheado de ironia ao falar sobre a criação da igreja, que representa a “consagra[cão] [d]a diluição de qualquer sinal na direção de uma sociedade mais justa” (CHAVES, 1999, p. 230). Ela complementa:

O empenho, a ingenuidade, a convicção política, mesmo a leve irresponsabilidade, enfim, todos os elementos que se misturavam para compor a atmosfera da Casa desaparecem dando lugar para a perversidade de um ambiente dominado pela mesquinha [...] O vazio sobrepõe-se a tudo [...] a modernidade do erguida sobre os valores do neoliberalismo desaba sobre o país e institui o caos. A sociedade que investiu numa proposta socialista, que nunca se consumou, assiste à implantação de um outro projeto do qual a solidariedade não consta, sequer, como palavra de ordem. (CHAVES, 1999, p. 229-230)

O caos instalado na política de Angola dá margem para a sociedade exploradora, como retrata o capítulo. Nesse contexto, também é consagrada a impossibilidade de se “pensar sobre a nação”. A questão nacional, ou da identidade nacional, depara-se com uma sociedade civil desorganizada. (CHAVES, 1999, p. 230).

“Perde-se uma nação. Defaz-se a utopia?” – dessa forma Rita Chaves (1999, p. 232) conclui seu artigo. Da mesma forma, Pepetela (2013, p. 385) termina sua narrativa, de modo que não a dá por encerrada: “Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa por portanto”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que discutir a nação na história da literatura é também deparar-se com os acontecimentos históricos que contextualizam o tempo na qual ela foi escrita. Ao discutirmos sobre a nação angolana, isso fica provado não só nas obras de Pepetela, como também nas de Mia Couto, Germano Almeida e outros.

Primeiramente, procuramos apresentar, ainda que resumidamente, o cenário histórico-político de Portugal e África para que se pudesse ter ciência de como começou o entrelaçamento entre os dois países, e assim, poder entender a relação colonizador-colonizado que foi estabelecida entre eles. Falar sobre essa relação é fundamental para se compreender o contexto no qual se passa o romance de Pepetela: a guerra de independência da Angola para se libertar de Portugal.

Depois, pretende-se fazer uma breve reflexão sobre o conceito de nação e nacionalismo ao procurarmos abordar teóricos influentes neste tema como Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Homi Bhabha – e alinhá-la com a obra de Pepetela: *A geração da utopia*. Chega-se à conclusão de que não é possível formular um conceito científico rígido sobre nação e nacionalismo. Entende-se que esses conceitos são formados por características abstratas e concretas que se solidificam ao longo do processo de construção deles.

Ao analisar a obra, indaga-se sobre quais teriam sido as possíveis causas do fracasso da concretização do sonho da nação angolana e quais os aspectos do romance de Pepetela que as simbolizaram. Dessa forma, foram analisadas as personagens, suas características, falas, cenas e reflexões. Isso levou à conclusão de que cada uma delas teve um papel simbólico no contexto da guerra. Ao longo da análise, podem-se observar os pontos principais daquele fracasso: os problemas de corrupção e os étnico-raciais.

Por fim, deixamos ao leitor as reflexões que nos inspiram este romance quando tratamos da formação de uma nação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.<sup>a</sup> REPUBLICA: dossier temático dirigido às escolas. Lisboa: Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela, 2009. Disponível em: <<http://www.webcitation.org/643itnlZr>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTÓNIO de Oliveira Salazar. **HistóriaDePortugal.info**, [s.l.], [s/d]. Disponível em: <<http://www.webcitation.org/643iw1veU>>. Acesso: 5 fev. 2013.

BARBOSA, Márcia. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/734/pdf\\_19](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734/pdf_19)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **O local da cultura**. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CHAVES, Rita. Pepetela: romance e utopia na história da Angola. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 2, 1999. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via02/via02\\_18.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via02/via02_18.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2012.

CRISANTO, Natércia; SIMÕES, Isabel; MENDES, J. Amado. **História 9º ano**. Porto: Porto, 2004. (Olhar a História, 9).

CRONOLOGIA. **Site Guerra Colonial: 1961-1974**, Lisboa, [s/d]. Disponível em: <[http://www.guerracolonial.org/index.php?content=18&category=&dateBegin=1974&dateEnd=1975#\\_self](http://www.guerracolonial.org/index.php?content=18&category=&dateBegin=1974&dateEnd=1975#_self)>. Acesso em : 5 fev. 2013.

GUERRA civil angolana. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**, Flórida, 2013a. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_Civil\\_Angolana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Angolana)>. Acesso em: 5 fev. 2013.

GUERRA colonial portuguesa. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**, Flórida, 2013b. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra\\_Colonial\\_Portuguesa&oldid=36598435](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_Colonial_Portuguesa&oldid=36598435)>.  
Acesso em: 5 fev. 2013.

GUERRA de independência de Angola. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**, Flórida, 2013c.  
Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_de\\_Independência\\_de\\_Angola](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Independência_de_Angola)>.  
Acesso em: 5 fev. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Antonino; MATTOSO, Antonio. **História geral e pátria**. Lisboa: Bertrand, 1965.

HOBSBAWM, Eric J. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: \_\_\_\_\_. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MANOEL, Valêncio. História de Angola. **Rubellus Petrinus – O Portal da Alquimia**, [s.l.], [s/d]. Disponível em: <<http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola-h.htm>>. Acesso: 5 fev. 2013.

MARTINS, Ana. **República portuguesa: organização do estado português**. [S.l.]: [S.n.], 2010. Disponível em: <<http://pradigitalanamartins.wikispaces.com/file/view/republica+portuguesa+1.docx>>.  
Acesso em: 5 fev. 2013.

MELO, Márcio; RAMOS, Dernival. Nação e narrativa em Pepetela. **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/1517/1060>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

NETO BARROS, Volnei Belém de. África portuguesa. **Brasil Escola**, São Paulo, [s/d]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/africa-portuguesa.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

PAGE, Martim. **A primeira aldeia global – como Portugal mudou o mundo**. Lisboa: Casa das Letras, 2012.

PEPETELA. **A geração da utopia**. São Paulo: LeYa, 2013.

PORTUGAL. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**, Flórida, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

SOUSA, Manoel de. **Reis e rainhas de Portugal**. Mem Martins: SporPress, 2000.

VULNERABILIDADES. **Site Guerra Colonial: 1961-1974**, Lisboa, [s/d]. Disponível em: <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=233>>. Acesso em: 5 fev. 2013.